

## Impasse sobre recursos do PAC adia Orçamento para hoje

José Cruz/Senado Federal

Serys Slhessarenko cumprimenta o deputado Paulinho da Força, que até o último instante tentou convencer a relatora a aumentar o reajuste do salário mínimo



Relatório final pode ser votado hoje tanto na CMO quanto no Plenário do Congresso

**P**or falta de acordo entre governo e oposição, foi adiada para hoje a votação do relatório final da proposta orçamentária para 2011, da senadora Serys Slhessarenko, na reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO). O principal obstáculo é a possibilidade de o Poder Executivo remanejar 30% dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – R\$ 12 bilhões. Já o salário mínimo pode ir, por acordo, a R\$ 550. 3

Profissão de arquiteto e urbanista é regulamentada e vai à sanção 3

Heráclito ressalta coerência, em despedida do Senado

Adelmir lembra trabalho pelo pequeno empreendedor

Efraim destaca esforço no mandato pelos mais carentes

Tião Viana renuncia para assumir governo do Acre

Goellner diz que se dedicou à defesa do produtor rural

Senado homenageia com entrega de comenda a luta pelos direitos humanos

Receberam a Comenda Dom Helder Câmara de Direitos Humanos um bispo, um deputado estadual e dois defensores públicos. A comen-

da, concedida pela primeira vez, é atribuída a personalidades que se destacaram na defesa dos direitos e liberdades básicos no país. 2

J. Freitas/Senado Federal



À Mesa, durante a sessão, Inácio Arruda (3º à esq.), José Nery, Marco Maciel – presidente do conselho da comenda – e, de pé, Heráclito Fortes

Concedida pela primeira vez, condecoração é atribuída a personalidades brasileiras que mais se destacaram na defesa dos direitos humanos. Um dos homenageados é dom Pedro Casaldáliga, que, doente, não pôde comparecer

# Senado entrega a Comenda Dom Helder Câmara de Direitos Humanos

O SENADO ENTREGOU ontem, em sessão especial, a Comenda de Direitos Humanos Dom Helder Câmara a quatro personalidades brasileiras: o bispo dom Pedro Casaldáliga, o deputado estadual do Rio de Janeiro Marcelo Freixo e os defensores públicos Wagner Giron de La Torre e Antônio Roberto Cardoso. Também agraciado, o bispo dom Manoel Edmilson da Cruz, de Limoeiro do Norte (CE), recusou o prêmio em protesto contra reajuste de 61% aos parlamentares.

A condecoração, concedida pela primeira vez, é atribuída a personalidades que se destacaram na defesa dos direitos

humanos no Brasil. Os homenageados foram escolhidos por um conselho presidido pelo senador Marco Maciel (DEM-PE).

A sessão foi aberta pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que exaltou o trabalho de dom Pedro Casaldáliga. O religioso é espanhol, vive no Brasil desde 1968 e notabilizou-se pela luta por distribuição de terras e contra o trabalho escravo. Com problemas de saúde, não pôde comparecer, e a comenda foi entregue a seu representante, Elder Magalhães, por Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Cristovam Buarque (PDT-DF) entregou o diploma a Antônio



Na Mesa, Marco Maciel (D), presidente do conselho da comenda, ao lado de Nery Roberto Cardoso. Eduardo Dalber, representante de Marcelo Freixo, recebeu o diploma das mãos de Marco Maciel e Heráclito Fortes (DEM-PI) entregou o prêmio a Wagner de La Torre.

Fotos de J. Freitas/Senado Federal

## Indicado do Pará ressalta "história a ser contada"

Apesar de dizer não ser merecedor da Comenda de Direitos Humanos Dom Helder Câmara, o defensor público-geral do Pará, Antônio Roberto Cardoso, se disse honrado pela homenagem de ontem em Plenário. O senador José Nery (PSOL-PA) ressaltou a atuação do homenageado junto ao Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, que inclui entre seus protegidos o bispo da Prelazia do Xingu, dom Erwin Kräutler, ativista na defesa dos povos indígenas.

– Não me sentia muito confortável para receber o prêmio. Entretanto, penso que existe uma história que precisa ser contada e lembrada permanentemente – confessou Antônio Cardoso, que é defensor público há 26 anos.

Em depoimento, o defensor público-geral do Pará lembrou seu trabalho na organização de grupos de direitos humanos com o apoio de membros da Igreja Católica. E observou que, enquanto houver brasileiros em situação de vulnerabilidade, é preciso haver parlamentares e religiosos dispostos a levar a sua voz a todos os brasileiros.

## Azeredo critica aproximação com países que desrespeitam direitos

Durante a homenagem, o senador Eduardo Azeredo criticou a política externa adotada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de se aproximar de países que não respeitam os direitos humanos, como Cuba e Irã.

Segundo o senador mineiro, Lula descuida da questão ao manter relações com Estados que não garantem direitos básicos aos seus cidadãos.

Para Marco Maciel, a entrega da Comenda de Direitos Humanos Dom Helder Câmara fecha com "chave de ouro" seu mandato parlamentar.

– Expresso minha alegria em ver um prêmio como esse ser entregue a figuras tão expressivas da vida brasileira no momento em que concluo essa legislatura – comentou.

A comenda é oportunidade

de refletir sobre os dilemas que ainda persistem no país, afirmou o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), como o trabalho escravo e a desigualdade social. Ele defendeu a construção de escolas e a geração de empregos, entre outros, como fundamentais para a construção do Brasil como verdadeira nação.

Cristovam Buarque afirmou que, nos quatro anos em que

assessorou dom Helder, recebeu lições fundamentais para conduzir sua atuação como homem público.

A senadora Serys Slhessarenko homenageou dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia (MT), a quem chamou de "guerreiro" dedicado à luta pelo direito à terra, pela justiça social e por uma vida melhor aos pobres.

## Bispo de Limoeiro recusa medalha e critica reajuste



Dom Manoel da Cruz

Em protesto pela aprovação pelo Congresso Nacional, no último dia 15, do reajuste de 61,8% nos salários dos parlamentares, ministros, vice-presidente e presidente da República, o bispo de Limoeiro do Norte (CE), dom Manoel Edmilson da Cruz, recusou ontem a Comenda de Direitos Humanos Dom Helder Câmara, a ele concedida pelo Senado.

Na sessão, dom Manoel lamentou que os parlamentares tenham aprovado reajuste para os próprios salários, com efeito cascata nos vencimentos de outras autoridades, enquanto os trabalhadores do transporte coletivo de Fortaleza mal conseguiram 6% de aumento recentemente. Ele mencionou as aposentadorias reduzidas e o salário mínimo que cresce em "ritmo de lesmas".

Na opinião do religioso, o aumento aprovado pelos parlamentares deveria sempre guardar a mesma proporção que a elevação concedida para o salário mínimo e a aposentadoria.



Estudantes fizeram uma manifestação ontem, em frente ao Congresso, em protesto contra o aumento salarial aprovado para senadores e deputados. O grupo com cerca de 150 jovens, entre universitários e secundaristas, caminhou por toda a Esplanada dos Ministérios até chegar ao Congresso. Eles foram impedidos de entrar no prédio pela Polícia Legislativa. – A saúde está ruim, a educação está péssima e poucos brasileiros ganham bem como eles – disse a estudante Gisele Spindola Marques.

## Adiamento

Por razões técnicas, os discursos de senadores proferidos em Plenário após as

20h de ontem serão publicados somente na edição de amanhã.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Caatinga como patrimônio nacional

14h A sessão deliberativa do Plenário tem como primeiro item da pauta a proposta de emenda à Constituição que inclui a Caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

### Congresso Fundo de combate à pobreza

10h Sessão conjunta do Congresso, no Plenário do Senado, para promulgação da Emenda Constitucional 67/10, que prorroga, por tempo indeterminado, o prazo de vigência do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

### CMO Votação do Orçamento

9/14/18/20h A Comissão Mista de Orçamento tem quatro reuniões agendadas para discussão e votação do relatório final do Orçamento da União para 2011.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: \*  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

\*Cargo vago após renúncia de Marconi Perillo

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Acir Gurgacz • Mão Santa • Alfredo Cotait

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333  
Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

## Arquitetos e urbanistas ganham regulamentação

O Senado aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 190/10, que regulamenta a profissão de arquiteto e urbanista. A proposta, que vai à sanção presidencial, também cria o conselho nacional (CAU/BR) e conselhos estaduais específicos para esses profissionais, que, até então, eram representados pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) e pelos conselhos estaduais (Creas).

De acordo com o projeto, o CAU/BR deverá especificar as áreas de atuação privativas de arquitetos e urbanistas e os setores compartilhados com outras profissões regulamentadas. Caberá ainda à entidade manter um cadastro nacional das escolas e faculdades de Arquitetura e Urbanismo, com o currículo dos cursos oferecidos.

## Sabesp obtém empréstimo para projeto ambiental

O Plenário autorizou ontem a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp) a contratar empréstimo de até 19,17 bilhões de reais junto à Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica).

Os recursos se destinam a financiar parcialmente o Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista.

– Existe um programa forte de investimentos na Baixada Santista com apoio do governo federal. É preciso que se acelere a aplicação de recursos em tratamento de esgoto e coleta de lixo porque a ausência de praias com qualidade prejudica o desenvolvimento da região, o emprego do comércio, a atração de turistas e a qualidade de vida – disse o senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

## Plenário ratifica cinco acordos internacionais

Cinco projetos de decreto legislativo tratando de acordos internacionais assinados pelo Brasil foram referendados ontem pelo Plenário.

O PDS 630/09 é uma convenção entre o governo brasileiro e Trinidad e Tobago para evitar a dupla tributação e a evasão fiscal de impostos sobre a renda.

O PDS 631/10 trata da cooperação financeira com a Alemanha para o Programa de Crédito Energias Renováveis.

O PDS 633/09 define termos de cooperação científica e tecnológica com a Jordânia.

O quarto acordo internacional (PDS 637/10) se refere a serviços aéreos com o Uruguai.

O último acordo (PDS 643/10) aprovado ontem foi firmado com o Chile e também trata do estabelecimento e exploração de serviços aéreos.

Após fechar acordo que permite aumento maior do salário mínimo, governistas tentam acertar com a oposição a permissão de remanejamento de 30% dos recursos do PAC



Serys Slhessarenko (com o deputado Waldemir Moka) tenta acordo com oposição sobre remanejamento de recursos do PAC

## Sem acordo, votação do Orçamento fica para hoje

EM VIRTUDE DA inexistência de acordo, foi transferida de ontem à noite para as 9h de hoje a votação do relatório final da proposta orçamentária para 2011, apresentado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), na reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O líder do governo na comissão, deputado Gilmar Machado (PT-MG), vai tentar um acordo com os partidos de oposição em relação ao principal obstáculo: a possibilidade, incluída no texto pela relatora, de o Executivo remanejar livremente 30% dos recursos do valor global do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o equivalente a cerca de R\$ 12 bilhões.

O deputado Rogério Marinho (RN), representante do PSDB na comissão, disse que, se o dispositivo for mantido, a proposta orçamentária não irá a votação, assim como o projeto que retira a Eletrobras do cálculo do superávit primário deste ano e de 2011 (PLN 86/10). Hoje é o último dia para votação do Orçamento pelo Congresso, que encerra a sessão legislativa.

Um acordo fechado ontem pode permitir que o salário mínimo fique além dos R\$ 540 estipulados no relatório de Serys Slhessarenko, segundo o qual

o governo aprovaria o valor original, mas usaria os cortes no Orçamento para negociar o aumento para R\$ 550.

Os reajustes extras dependeriam de medida provisória que poderá ser editada na próxima semana para que os aumentos sejam concedidos já a partir de janeiro. Os recursos viriam de uma reserva de R\$ 6,6 bilhões composta, em parte, pelos cortes de R\$ 3 bilhões impostos pela relatora a pedido do Ministério do Planejamento.

O Orçamento prevê salário mínimo de R\$ 540 e reajuste de 5,5% para os aposentados e pensionistas do INSS. Com a reserva, no entanto, seria possível bancar o mínimo de R\$ 550 e reajuste de 7,5%

nos benefícios previdenciários, além de eventuais reajustes no Bolsa Família. De acordo com Gilmar Machado, R\$ 1 bilhão dessa reserva está separado para atender ao programa social.

O acordo foi construído após ameaças do PDT de não aprovar o Orçamento sem um reajuste maior do salário mínimo e das aposentadorias.

As negociações com as centrais sindicais para definir o valor do mínimo começaram na próxima semana. Segundo o presidente da

Força Sindical, deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho da Força, as centrais continuarão a pressionar pelo mínimo de R\$ 580. “Não houve negociação, então nós não vamos abrir mão dos R\$ 580. É a primeira vez que o presidente não nos chamou para negociar”.

Segundo o sindicalista, o PDT tem duas emendas prontas para a futura medida provisória. Uma estabelece o valor do salário mínimo em R\$ 580 e a outra prevê aumento de 10,1% para os aposentados e pensionistas.

Também ontem vários parlamentares defenderam a definição de recursos no Orçamento para aumento dos salários dos servidores do Poder Judiciário, que lotaram o Plenário 2 da Câmara, onde se reúne a CMO.

O critério instituído pela relatora do Orçamento para recálculo das emendas das bancadas estaduais foi aplaudido por vários congressistas, mas os valores finais – definidos pela média dos últimos três anos – geraram alguns focos de insatisfação, como da bancada do Paraná.

Houve críticas também à redução de verbas para educação, cultura e ciência e tecnologia, mas Serys esclareceu que, considerando as emendas parlamentares, houve, na verdade, acréscimo de valores em relação ao projeto original. (Com Agência Câmara e Agência Brasil)

## Cavalcanti quer investimento em portos de Mataraca e Cabedelo

A Paraíba precisa viabilizar a construção do porto de águas profundas de Mataraca para poder impulsionar seu desenvolvimento e participar do comércio econômico internacional, alertou ontem o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB). Segundo ele, o investimento em portos e aeroportos deve ser prioridade nacional indiscutível.

– O porto de Cabedelo apresenta atualmente um fator fortemente limitativo de nosso crescimento econômico, pois não

dispõe das condições estruturais necessárias para que possamos importar e exportar os bens de que necessitamos para nosso desenvolvimento sustentável. Enquanto os portos asiáticos têm uma profundidade de 15 metros, Cabedelo tem apenas nove metros de profundidade, o que significa um porto ultrapassado do ponto de vista logístico – afirmou Cavalcanti.

Obras de dragagem poderiam contribuir para melhorar o porto de Cabedelo, mas Cavalcanti



Senador defende uso de Cabedelo para ancoragem de navios turísticos

acha que seriam insuficientes para a operação com navios modernos, de maior porte.

## Mozarildo cobra apuração de denúncia em RR

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) denunciou mais uma vez corrupção na eleição para governador de seu estado. O senador afirmou que relembra as denúncias ontem, penúltima sessão do ano, e que cobrará sua apuração no ano que vem.

Mozarildo disse que o atual governador, José de Anchieta Júnior – cujo nome não citou durante o discurso –, usou a Rádio Roraima, estatal, para fazer propaganda de sua gestão. E que o *Diário Oficial* do estado também foi utilizado para propaganda eleitoral.

O senador acusou o governador de fazer “um negócio inusitado”: pagava aos eleitores para não votar. Confiscava o título de eleitor e a carteira de identidade até depois das eleições, quando pagava pela abstenção do eleitor.

Mozarildo lembrou que o atual governador ganhou de Neudo Campos no primeiro turno por uma diferença de 5.680 votos (pouco mais que 1% do eleitorado).



Mozarildo acusa o governador de Roraima de corrupção eleitoral

## Maciel convidado para lançamento de sede da UNE

Marco Maciel (DEM-PE) anunciou ontem que foi convidado pelo presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Augusto Chagas, para participar do lançamento da pedra fundamental da nova sede da entidade, no Rio de Janeiro. Maciel lembrou que a antiga sede foi invadida, incendiada e demolida.

A relação do senador com o movimento estudantil vem dos tempos em que ele presidiu o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco e a UNE no estado (1962-1963).

– De certa forma, [ali] dei início à minha vida pública com a indicação, em 1964, para o cargo de secretário-assistente do governo de Pernambuco – assinalou.

Quando foi ministro da Educação no governo Sarney, Maciel propôs, com a Lei 7.395/85, o restabelecimento da UNE e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), ambas então na clandestinidade. Após longa demanda judicial, o antigo terreno da sede foi devolvido à UNE, que assumiu a propriedade em fevereiro de 2007.

# Mais cinco senadores se despedem do Plenário

Outros cinco senadores que não retornarão à Casa no próximo ano despediram-se ontem, em Plenário. Destes, Tião Viana (AC) é o único que assumirá um novo mandato em 2011: vai governar o Acre, estado que já foi dirigido

por seu irmão Jorge Viana (que ano que vem ocupará uma das cadeiras da bancada acriana). O primeiro suplente de Tião Viana, Aníbal Diniz, tomou posse ontem e ficará no cargo pelos próximos quatro anos. Heráclito Fortes (PI) e Efraim Moraes (PB) não

conseguiram a reeleição em outubro passado e, apesar das longas carreiras legislativas, ficaram sem mandato eletivo. Suplentes que assumiram durante a última legislatura, Gilberto Goellner (MT) e Adelmir Santana (DF) também disseram adeus à Casa.



Gerardo Magela/Senado Federal

Senador afirma que houve "derrame de dinheiro" nas eleições piauienses

## Heráclito diz que pagou preço por oposição a Lula

"Eu preferia não estar aqui apresentando as minhas despedidas, mas perder também faz parte da vida e a vontade do eleitor deve ser respeitada", resignou-se ontem Heráclito Fortes (DEM-PI), ao se despedir do mandato de senador. Ele destacou que, além de enfrentar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, teve que disputar a eleição contra candidatos que promoveram "um derrame de dinheiro poucas vezes visto na história do Piauí".

Durante quase duas horas, o parlamentar fez um balanço dos seus oito anos de mandato e foi apertado por senadores de diversos partidos. Ele registrou que pautou sua atuação pela coerência: eleito para ser oposição, fez oposição. Heráclito lembrou que, quando percebeu desvios de conduta, irregularidades e falta de projetos, cobrou explicações e providências tanto do governo do Piauí quanto do federal.

– Não foram exatamente calmos esses oito anos. Vivemos várias crises, internas e externas. A pior delas, sem dúvida, a do mensalão. E, nesse caso, o governo não pode se queixar. Muitos de nós atuamos como bombeiros, ajudamos a preservar o mandato do presidente Lula, embora ele não reconheça isso – afirmou Heráclito Fortes, lamentando que o governo tenha preferido emperrar as investigações em vez de aprofundá-las.

Da mesma forma que fez funcionar o "rolo compressor" para prejudicar as investigações da CPI do Mensalão, o governo, segundo Heráclito Fortes, repetiu o mesmo procedimento quando instalada a CPI das ONGs, proposta e presidida pelo senador, que também integrou as CPIs do Banestado e dos Correios. Heráclito também destacou sua atuação como presidente das comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), além do período em que exerceu a função de 1º secretário.

## Adelmir Santana destaca apoio a empreendedores

Ao se despedir do Plenário, Adelmir Santana (DEM-DF) lembrou que, desde que assumiu o mandato em 2007, na vaga de Paulo Octávio, defendeu a bandeira do empreendedorismo, segmento para o qual ajudou a criar a Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa no Congresso Nacional.

Adelmir foi também o relator, no Senado, de duas alterações feitas à Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, em 2008 e 2009. Essa lei, segundo ele, permitiu uma simplificação considerável do sistema de cobrança de tributos de micro e pequenas empresas.

– Vejam a importância desse segmento: as micro e pequenas empresas geram 60% dos empregos no Brasil. Representam 30% do produto interno bruto (PIB) – disse, observando também que mais de 92% das empresas são de micro ou pequeno porte.

Com relação à sua atuação contra a cobrança de juros extorsivos pelas operadoras de cartões de crédito, bem como pela regulamentação desse mercado, Adelmir destacou sua proposta que define o Banco Central do Brasil como órgão regulador e fiscalizador.

De acordo com Adelmir, a falta de regulamentação no Brasil – o que não ocorre em outros países – tem provocado inúmeras distorções que precisam de correção urgente. Ele citou dois projetos visando eliminar o monopólio das empresas credenciadoras e unificar as máquinas usadas em lojas para efetuar pagamentos com cartões.

– Agora, com a mesma máquina é possível operar com todas as bandeiras de cartões. E já não existe mais o monopólio das credenciadoras. Ou seja, economia e comodidade para empresários e consumidores.



Gerardo Magela/Senado Federal

Adelmir enfatiza luta para regular mercado de cartões de crédito



Gerardo Magela/Senado Federal

Foram 28 anos de mandatos eletivos ininterruptos, lembra o parlamentar

## Efraim afirma ter defendido os mais carentes

Efraim Moraes (DEM-PB) despediu-se ontem, afirmando ter cumprido seu mandato "como uma missão" pela luta dos direitos dos paraibanos e pelo aprimoramento da democracia.

Segundo Efraim, as ações em seu mandato visaram todos os setores sociais, mas enfatizou sua luta na defesa dos direitos dos aposentados, dos pequenos agricultores e dos pequenos empresários.

O senador assinalou ter direcionado seu mandato para a proteção dos cidadãos mais carentes "e principalmente do sertanejo, que carrega em si o espírito batalhador do povo do meu estado". Ele homenageou sua cidade natal, Santa Luzia (PB), localizada no vale do Sabugi.

Efraim Moraes recordou sua vida parlamentar, com 28 anos de mandatos consecutivos (duas vezes deputado estadual, três vezes federal e senador por oito anos). Em todo esse período, ressaltou, nunca mudou de partido [o DEM já se chamou PFL e PDS].

Na Câmara, foi presidente, vice-presidente e 4º secretário. No Senado, onde foi líder da minoria e 1º secretário por duas vezes, destacou os avanços obtidos no programa Interlegis, "um dos maiores projetos de inclusão digital do país". O Interlegis é uma parceria do Senado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para informatização das casas legislativas brasileiras.

O senador ainda citou sua contribuição para a ampliação do sistema de comunicação social da Casa.

– O trabalho cada vez mais relevante da Rádio Senado e da TV Senado fortalece cada vez mais a Casa e seus parlamentares – afirmou.

Efraim Moraes agradeceu os "honrados" quase 700 mil votos que recebeu em outubro passado, destacando terem sido 100 mil a mais do que os que o elegeram senador, em 2003. Para ele, a votação prova a confiança e a aprovação em seu trabalho pelo povo paraibano.

## Tião deixa Senado para assumir o governo do Acre

O senador Tião Viana (PT-AC) renunciou ontem ao mandato na Casa para assumir o governo do seu estado no próximo dia 1º de janeiro. Seu suplente, Aníbal Diniz (PT-AC), tomou posse logo em seguida, prestando o compromisso constitucional.

Tião lembrou que em seus 12 anos como parlamentar acompanhou a luta política em torno de temas como o novo Código Penal, o controle do Poder Judiciário, a reforma previdenciária, os pequenos avanços da reforma tributária e a eleição de Lula à condição de presidente da República.

– Convivi com todos os colegas, preservando as relações de respeito, de convivência, de valores e, ao mesmo tempo, nunca abrindo mão do posicionamento político necessário à parte com a qual eu convivia, que era o querido PT, com essa querida e combativa bancada com que pude conviver em três legislaturas que se seguiram: de José Eduardo Dutra a Ideli Salvatti, a Aloizio Mercadante, a Suplicy, a Heloísa Helena – relatou.

## Reforma política

O senador também lembrou sua atuação como líder do governo na transição, líder do PT no Senado, líder do Bloco de Apoio ao Governo, duas vezes vice-presidente do Senado e



Gerardo Magela/Senado Federal

Tião Viana renuncia ao mandato, assumido por Aníbal Diniz

presidente interino da Casa por 60 dias. Ele ressaltou o debate sempre franco, sério e respeitoso que manteve com o presidente José Sarney, mesmo quando tiveram momentos de divergência.

– Se dependesse de mim, esta Casa teria como prioridade a sua agenda da reforma política. Um item por ano, não precisaria mais do que isso, para mudar a imagem da estrutura política brasileira. Bastaria um grande tema da reforma política por ano e, em quatro anos, teríamos dado uma extraordinária contribuição ao Brasil.

Outra sugestão de Tião Viana foi a reforma trabalhista. Ele disse que é preciso trazer o tema de volta para uma agenda nacional. Frisou que a reforma tributária, herdada de uma reforma de 1967 e baseada na centralização do Estado, deveria ter consequência. Em apartes, sua atuação na Casa foi destacada por senadores dos vários partidos.

## Goellner ressalta trabalho em favor do produtor rural

Gilberto Goellner (DEM-MT) prestou contas de seu mandato "em favor do agronegócio brasileiro, de seu estado e do Brasil", ao se despedir ontem do Senado.

Suplente, ele tomou posse em 2008, após a morte do então senador Jonas Pinheiro. Goellner se disse tranquilo por haver se dedicado integralmente aos trabalhos legislativos.

De acordo com o senador, nos 38 meses de sua atuação parlamentar, apresentou 19 projetos de lei, entre os quais destacou o que possibilitará a regulamentação do pagamento por serviços ambientais e incentivará o desenvolvimento sustentável; o que estabelece os direitos e garantias dos mutuários do crédito rural; o que moderniza e adapta a legislação trabalhista à realidade do campo; e o que prevê a recuperação judicial



Moreira Mariz/Senado Federal

Goellner enumera em Plenário os projetos de lei que apresentou

dos frigoríficos.

– No Senado, pude lutar por projetos em prol do estado de Mato Grosso, sem perder o olhar para o desenvolvimento de todo o Brasil. Trilhei uma luta vigorosa em favor do produtor agrícola, batalhei pelo meio ambiente, pela melhoria da infraestrutura, pelo desenvolvimento sustentável de nosso país – disse.

Goellner foi também relator de muitos projetos, entre eles o que regulamentava medicamentos genéricos de uso veterinário.